**EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR TERCEIRO VICE-PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**Processo N° 0815762-15.2023.8.19.0001 – Recurso Extraordinário**

**ROSELI MEDEIROS SOLIDADE DOS SANTOS**, já devidamente qualificada nos autos da ação em epígrafeajuizada em face de **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, vem, através de seus advogados, à presença desse D. Juízo, com fundamento no nos termos do artigo 1.030, do CPC, apresentar

**CONTRARRAZÕES AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO**

nos termos das razões em anexo, requerendo sua inadmissão e, se eventualmente superado o juízo de admissibilidade, a remessa dos autos ao E. Superior Tribunal de Justiça.

Termos em que,

pede deferimento.

Niterói, 15 de dezembro de 2023.

|  |  |
| --- | --- |
| **LIZ WERNER**  **OAB/RJ 184.888** | **THIAGO JOSÉ AGUIAR DA SILVA**  **OAB/RJ 213.181** |

**EGRÉGIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

**Processo de origem: 0815762-15.2023.8.19.0001 da Comarca da CAPITAL - Estado do Rio de Janeiro**

**Recorrente: Estado do Rio de Janeiro**

**Recorrida: Roseli Medeiros Solidade dos Santos**

**RAZÕES DA RECORRIDA**

**A) DA TEMPESTIVIDADE**

A Recorrida sequer foi intimada a apresentar contrarrazões, sendo, portanto, a presente peça tempestiva.

**B) BREVE SÍNTESE DA DEMANDA**

Trata-se de ação ordinária por meio da qual a parte Autora/Recorrida busca a implementação do piso salarial estabelecido pela Lei nº 11.738/2008 e o pagamento dos valores retroativos.

Houve Sentença julgando procedente os pedidos, a qual foi objeto de Recurso de Apelação pelo Estado do Rio de Janeiro. O Estado do Rio de Janeiro também não teve sorte com o recurso de Apelação, o qual foi julgado a favor da Requerida/parte Autora.

Diante do desprovimento do Recurso de Apelação, o Estado do Rio de Janeiro interpôs Recurso Extraordinário que também não merece provimento, como será melhor explanado abaixo.

**C) O Recurso Extraordinário**

O Recorrente interpôs o Recurso Extraordinário, em que requer a concessão do efeito suspensivo desta demanda, bem como a reforma do acórdão recorrido.

Contudo, como será demonstrado a seguir, o Recurso Extraordinário interposto é totalmente inadmissível e, na remota eventualidade de superado o juízo de admissibilidade, tampouco merece melhor sorte no mérito.

**D) DA INEXISTÊNCIA DE CAUSA DE EFEITO SUSPENSIVO**

Inicialmente, cabe esclarecer que não é possível suspender o processo com base no Tema 1218 do STF. Quanto ao Tema, é importante ressaltar que a decisão do RE 1326541 (Leading Case do Tema 1218 do Supremo Tribunal Federal) não determinou o sobrestamento das ações que tratam de mesmo tema e que se encontram em trâmite, como pode ser observado na inexistência deste na tabela de temas de repercussão geral com determinação de suspensão nacional, prevista no site do STF[[1]](#footnote-1).

Ainda, imperioso lembrar que há orientação da Suprema Corte no sentido de que a suspensão nacional descrita pelo art. 1.035, § 5º, do Código de Processo Civil, não configura providência automática do reconhecimento de repercussão geral, ou seja, esta só é aplicada quando existir uma decisão nesse sentido, como pode ser observado no entendimento firmado no RE 966.177 RG/RS, detacado abaixo:

A suspensão de processamento prevista no § 5º do art. 1.035 do CPC **não consiste em consequência automática e necessária do reconhecimento da repercussão geral realizada com fulcro no “caput” do mesmo dispositivo**, sendo da discricionariedade do relator do recurso extraordinário paradigma determiná-la ou modulá-la. STF. Plenário. RE 966.177 RG/RS, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 7/6/2017 (Info 868)

Assim, não há que se falar em suspensão em razão de reconhecimento de repercussão geral uma vez que não houve decisão nesse sentido.

Por fim, cumpre esclarecer que também não é devida a suspensão do feito em razão da Ação Civil Pública nº 0228901-59.2018.8.19.0001, ajuizada pelo Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro - SEPE/RJ em face do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista que o ajuizamento de demanda coletiva não representa óbice para defesa dos do direito postulado pela autora.

Ademais, é assegurada à parte o direito de opção, nos termos do art. 104, do CDC, *in verbis*:

Art. 104. As ações coletivas, previstas nos incisos I e II e do parágrafo único do art. 81, não induzem litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada *erga omnes* ou ultra partes a que aludem os incisos II e III do artigo anterior não beneficiarão os autores das ações individuais, se não for requerida sua suspensão no prazo de trinta dias, a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva.

Neste contexto, o pedido de suspensão é uma faculdade da parte, que pode optar por não se submeter à coisa julgada coletiva, não havendo que se falar em litispendência de ações.

Como bem exposto no acórdão recorrido, sequer houve informação sobre suspensão de demandas na ação civil pública nº 0228901-59.2018.8.19.0001:

A ação civil pública não implica, de pronto, a suspensão obrigatória das demandas individuais, cabendo à parte autora a faculdade de buscar a defesa de seus interesses com a propositura de ação individual, mesmo que haja ação coletiva sobre o mesmo objeto. **Por outro lado, eventual suspensão das demandas individuais deve ser determinada na ação coletiva, não havendo informação que tal medida tenha sido estabelecida nos autos da Ação Civil Pública nº 0228901-59.2018.8.19.0001, ajuizada pelo Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro – SEPE/RJ.** (pág. 06 do acórdão)

Diante do exposto, com base na legislação e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não há cabimento para suspensão dos autos, não devendo prosperar a alegação do Recorrente.

1. **DA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE PARA A INTERPOSIÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO**

**- Da ausência da violação direta à Constituição -**

A base tida como justificativa para a interposição do Recurso Extraordinário em comento trata do art. 102, inciso III, alínea a, abaixo transcrita:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

a) contrariar dispositivo desta Constituição

No presente caso, a pretensão autoral tem amparo na Lei nº 11.738/2008, que estabeleceu o piso nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, sendo certo que o STF, por ocasião do julgamento da ADI nº 4.167/DF, declarou a constitucionalidade da Lei nº 11.738/2008, fixando como termo inicial para sua aplicação a data de 27.04.2011.

Ademais, o STJ, no julgamento do REsp 1426210 / RS (tema 911), submetido ao rito dos recursos repetitivos, firmou a tese no sentido de que não há "incidência automática em toda a carreira e reflexo imediato sobre as demais vantagens e gratificações, o que somente ocorrerá se estas determinações estiverem previstas nas legislações locais". Ou seja, a aplicação automática estaria condicionada à existência de legislação local.

O que se discute na presente ação, como melhor será analisado no próximo tópico, é a aplicação da lei local ao caso concreto, uma vez que a base legal utilizada para aplicar a diferença de 12% entre os níveis/referências da careira, ora questionada, é da própria Lei do Estado do Rio de Janeiro, mais especificamente prevista nos artigos 28/33 da Lei Estadual nº 1.614/90 e art. 3º da Lei Estadual nº 5.539/09.

Não está presente, assim, discussão de matéria constitucional, muito menos referente à violação dos do princípio da separação dos poderes, nem da violação da autonomia dos entes federados. Mesmo que existisse alguma ofensa à Constituição, esta seria apenas uma ofensa reflexa, o que tornaria, ainda sim, incabível o recurso apresentado.

Assim, como a controvérsia deve ser decidida à luz de legislação infraconstitucional, o Recurso não merece sequer ser conhecido, devendo ser inadmitido prontamente.

**- Da violação aos verbetes sumulares nº 279 e nº 280, do STF -**

Levando em consideração a inquestionável constitucionalidade da Lei Federal nº 11.738/2008, o acórdão recorrido baseou-se nas Leis Estaduais nº 5.539/2009 e nº 1.614/90, bem como a aplicação destas ao caso concreto, com a análise do escopo fático-probatório apresentado no processo que comprovou a carga horária da Recorrida, o nível/referência e o cargo o qual ela pertencia, alcançando-se a seguinte conclusão:

Ementa do acórdão recorrido

[...]. **No âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o plano de carreira do magistério está regulamentado pela Lei nº 5.539/2009**, que alterou a Lei nº 1.614/1990, dispondo, **em seu artigo 3º, que o vencimento-base dos cargos guardará o interstício de 12% (doze por cento) entre as referências, e o cálculo do reajuste, para aplicação do valor proporcional do piso nacional do magistério, em relação ao cargo de Professor Docente I**, deverá ocorrer a partir da referência 1**.**

**Demandante que comprova que é professora da rede pública estadual, classe Docente I, nível D, referência 6, matrícula nº 00-0917832-8, com carga horária de 16 horas semanais**.

[...] **Servidora que faz jus à adequação de vencimentos postulada**, devendo o cálculo ser realizado, em consonância com o disposto na sentença, observando-se a classe professor Docente 1, nível D, referência 6, de forma proporcional à carga horária semanal, a partir da referência 1; bem como ao pagamento das diferenças salariais. [...]

Assim, inviável, em Recurso Extraordinário, analisar legislação infraconstitucional local e o reexame dos fatos e provas nos autos, conforme entendimento sumulado do STF:

**Súmula nº 279/STF:** Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário.

**Súmula Nº 280/STF:** Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.

Neste sentido, segue jurisprudência do próprio STF:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO ADMINISTRATIVO. **PROFESSORES ESTADUAIS. MAGISTÉRIO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. REAJUSTE DOS VENCIMENTOS DE ACORDO COM O PISO SALARIAL NACIONAL. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL LOCAL**. OFENSA REFLEXA. FATOS E PROVAS. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. ENUNCIADOS 279 E 280 DA SÚMULA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. PRECEDENTES. 1. **É inviável, em recurso extraordinário, a análise de legislação infraconstitucional local e o reexame dos fatos e das provas dos autos (Súmulas 279/STF e 280/STF).** 2. Agravo interno desprovido. 3. Honorários advocatícios majorados ao máximo legal em desfavor da parte recorrente, caso as instâncias de origem os tenham fixado, nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º e a eventual concessão de justiça gratuita.(ARE 1319766 AgR, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 11-11-2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-239 DIVULG 02-12-2021 PUBLIC 03-12-2021)

DIREITO ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRARDINÁRIO COM AGRAVO. **PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL**. CONSTITUCIONALIDADE DA LEI Nº 11.738/2008. ACÓRDÃO IMPUGNADO EM SINTONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULAS 279 E 280/STF. 1. A decisão proferida pelo Tribunal de origem está alinhada com a jurisprudência desta Corte, que, ao julgar a ADI 4.167, Rel. Min. Joaquim Barbosa, declarou a constitucionalidade da Lei federal nº 11.738/2008, que estabeleceu o piso nacional dos professores da educação básica. 2. **Para dissentir do acórdão recorrido, seriam imprescindíveis a reanálise da legislação infraconstitucional pertinente e a reapreciação de fatos e provas, o que não é cabível nesse momento processual. Nessas condições, a hipótese atrai a incidência das Súmulas 279 e 280/STF.** 3.[...]. 4. Agravo interno a que se nega provimento, com a aplicação da multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 1.021, § 4°, do CPC/2015. (ARE 1426092 AgR, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 22-08-2023, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-s/n DIVULG 24-08-2023 PUBLIC 25-08-2023)

Como exposto, a análise da questão recorrida esbarra nas súmulas 279 e 280 do STF, sendo incabível o Recurso Extraordinário interposto.

1. **MÉRITO**

Caso superado o juízo de admissibilidade, o que apenas se admite para fins de argumentação, também é importante deixar claro que no mérito o Recorrente não merece melhor sorte, eis que não trouxe em si nenhum fundamento apto a reformar o Acórdão Recorrido.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**- Da Não violação dos art. 1º, 2º, 37, X, E 61, § 1º, II, “a” e “c”,**

**Da Constituição Federal e da não violação da Súm. 37/STF–**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

O Recorrente alega violação do princípio da separação dos poderes, bem como violação da autonomia dos entes federados, aduzindo que o judiciário estaria fornecendo “aumentos retroativos e prospectivos de remuneração à professora”, uma vez que alega a não existência de lei local, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo local, que ampare o mencionado aumento.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o princípio da separação de poderes não impede que o Poder Judiciário intervenha caso haja lesão ou ameaça a direito, consoante o art. 5º, inciso XXXV, da CF/88, como aconteceu no presente caso, razão pela qual a irresignação do Estado não deve prosperar.

De igual modo, ao contrário do que o Recorrente

alega, não está o Poder Judiciário a criar aumento ou modificar salários, mas apenas cumprindo o que o texto legal assim determina, sob pena de violar o direito adquirido dos servidores.

Neste sentido, é de grande importância relembrar as Legislações que estão em vigor e que tratam sobre a carreira do magistério estadual do Estado do Rio de Janeiro:

* Constituição da República Federativa do Brasil (notadamente seus arts. 39, § 1º e 206);
* Lei Federal nº 11.738/2008 (a qual fixa o piso nacional dos profissionais do magistério público);
* Lei Estadual nº 1.614/ 1990 (dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Estadual no Estado do Rio de Janeiro);
* Lei Estadual nº 5.539/09;
* Lei Estadual nº 5.584/09
* Lei Estadual nº 6.834/14;

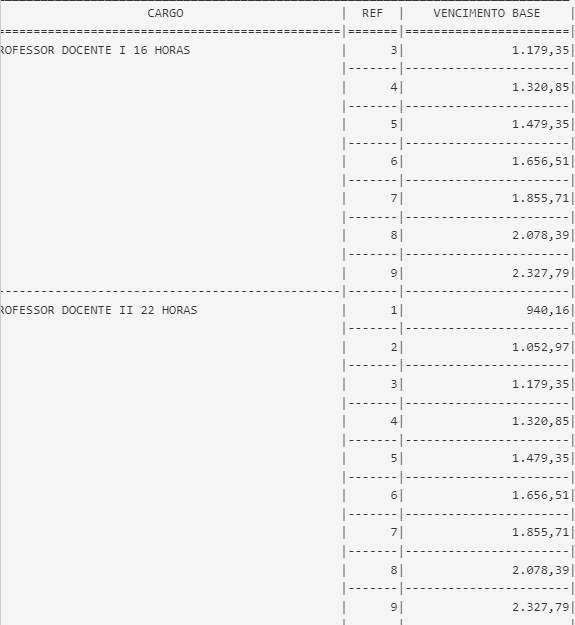
É importante ressaltar cada uma das Legislações Estaduais acima destacadas:

**Lei Estadual nº 1.614/ 1990** - a referida lei dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Estadual no Estado do Rio de Janeiro e encontra-se em vigor apenas com alguns pontos desta revogados por leis posteriores. **Legislação permanece em vigor**.

**Lei Estadual nº 5.539/09** - a Lei permanece em vigor, revogou os artigos 35 e 36 da Lei nº 1614/90, esta Lei determina em seu art. 3º que “*o vencimento-base dos cargos a que se refere a Lei nº 1614, de 24 de janeiro de 1990, guardará o interstício de 12% (doze por cento) entre referências*”. **Legislação permanece em vigor**.

**Lei Estadual nº 5.584/09** – a Lei trata do plano de cargos e vencimentos para os Professores Docentes I e Professores Docentes II, ressaltando no art. 3º, parágrafo único que “*o vencimento-base dos cargos a que se refere a presente Lei guardará o interstício de 12% (doze por cento) entre referências*”. **Legislação permanece em vigor**.

**Lei Estadual nº 6.834/14** – diferentemente do apontado pelo Estado do Rio de Janeiro que tenta levar este juízo a erro, a Lei trata de: “*majora o vencimento-base das categorias funcionais que menciona*”, não há qualquer menção de revogação de qualquer artigo das legislações anteriores e, coincidentemente, a majoração possui um intervalor de 12% entre os níveis (?!?):



1.179,35 + 12% (141,52) = 1.320,87

1.320,85 + 12% (158,50) = 1.479,35

1.479,35 + 12% (177,52) = 1.656,87

1656,51 + 12% (198,78) = 1.855,29

1855,71 + 12% (222,68) = 2.078,39

2.078,39 + 12% (249,40) = 2.327,79

-----------------------------------------------------------------

940,16 + 12% (112,81) = 1.052,97

1.052,97 + 12% (126,35) = 1.179,32

1.179,35 + 12% (141,52) = 1.320,87

1.320,85 + 12% (158,50) = 1.479,35

1.479,35 + 12% (177,52) = 1.656,87

1.656,51 + 12% (198,78) = 1.855,29

1.855,71 + 12% (222,68) = 2.078,39

2.078,39 + 12% (249,40) = 2.327,79

A Lei que **majora** os valores obedece a Lei que determina o interstício de 12% entre as referências/níveis.

Assim, percebe-se que não se trata de concessão, pelo Poder Judiciário, de reajuste salarial, mas de observância da legislação aplicável.

Ressalta-se que o Estado tenta levar o juízo a erro ao afirmar que: “*O Supremo Tribunal Federal não autorizou que o piso fosse aplicado automaticamente a cada nível de determinada carreira de profissionais da educação. A aplicação automática se dá, tão somente, ao vencimento inicial*”. Continua a seguir afirmando que entender contrário a isso ensejaria violação ao sistema remuneratório constitucional do servidor, contudo, esta não é a verdade.

Conforme o princípio da legalidade administrativa, o poder público deve atuar em conformidade com o que o ordenamento jurídico determina. Assim, não se está falando em uma aplicação automática ou de determinação de aumento pelo judiciário ou qualquer outra alegação vazia do Estado Réu, o que se está requerendo é que **toda a legislação seja aplicada**, tanto a **Lei Federal** que apenas determinou um valor mínimo a ser recebido, como as **legislações estaduais**, que determinaram a forma que o pagamento dos servidores ocorre.

O único problema que se encontra no momento é que o Estado do Rio de Janeiro não possui qualquer intenção de cumprir a Lei Federal. Caso o provento dos professores fosse acima do piso, não haveria discussão nesse sentido. Contudo, sequer no nível inicial o Estado cumpre com o pagamento do Piso Nacional, vejamos no exemplo do Docente II:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 22h | Piso Nacional 2023 | valor Estadual 2023 | Diferença 2023 |
| Nível 01 | R$ 2.431,30 | R$ 1.062,85 | R$ 1.368,45 |
| Nível 02 | R$ 2.723,05 | R$ 1.190,38 | R$ 1.532,67 |
| Nível 03 | R$ 3.049,81 | R$ 1.333,26 | R$ 1.716,55 |
| Nível 04 | R$ 3.415,78 | R$ 1.493,22 | R$ 1.922,56 |
| Nível 05 | R$ 3.825,67 | R$ 1.672,41 | R$ 2.153,26 |
| Nível 06 | R$ 4.284,75 | R$ 1.872,68 | R$ 2.412,07 |
| Nível 07 | R$ 4.798,92 | R$ 2.097,88 | R$ 2.701,04 |
| Nível 08 | R$ 5.374,79 | R$ 2.349,62 | R$ 3.025,17 |
| Nível 09 | R$ 6.019,76 | R$ 2.631,57 | R$ 3.388,19 |

A Ação em nenhum momento requer uma “aplicação automática” da Lei, apenas a aplicação da**s** Lei**s**. A ação pede que sejam cumpridas as Leis, conforme a determinação de cada uma, ou seja, para o nível/referência inicial o valor não poderá ser inferior ao proporcional ao Piso Nacional, conforme Lei 11.738/08.

Posteriormente, já sendo aplicada a Lei Federal, requer que sejam observadas as Leis Estaduais, que se encontram em vigor, notadamente a Lei Estadual 5539/2009, a qual em seu art. 3º que não foi revogado em nenhum momento:

Art. 3º O vencimento-base dos cargos a que se refere a Lei nº 1614, de 24 de janeiro de 1990, **guardará o interstício de 12% (doze por cento) entre referências**.

Ou seja, após determinado o valor ao nível/referência inicial é obrigatório, conforme legislação em vigor, que o nível seguinte, qual seja o 2, tenha contabilizado 12% a mais que o 1, o 3 12% a mais que o 2, o 4 12% a mais que o 3, e assim por diante.

Assim, sim, “*o piso nacional dos professores deve ser observado nos vencimentos iniciais das carreiras do magistério público*”, de fato, **e**, posteriormente determinado o valor mínimo do nível inicial, deve ser verificado, conforme art. 3º da Lei Estadual 5539/2009 os valores para os demais níveis/referências.

Se aplicar na prática o que o Estado sugere, a aplicação do piso **apenas** para o nível inicial teríamos o exemplo abaixo (utilizamos a mesma tabela do Docente I como exemplo):

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 22h | Piso Nacional 2023 | valor Estadual 2023 | Diferença 2023 | Aplicação conforme Estado deseja |
| Nível 01 | R$ 2.431,30 | R$ 1.062,85 | R$ 1.368,45 | **R$ 2.431,30** |
| Nível 02 | R$ 2.723,05 | R$ 1.190,38 | R$ 1.532,67 | R$ 1.190,38 |
| Nível 03 | R$ 3.049,81 | R$ 1.333,26 | R$ 1.716,55 | R$ 1.333,26 |
| Nível 04 | R$ 3.415,78 | R$ 1.493,22 | R$ 1.922,56 | R$ 1.493,22 |
| Nível 05 | R$ 3.825,67 | R$ 1.672,41 | R$ 2.153,26 | R$ 1.672,41 |
| Nível 06 | R$ 4.284,75 | R$ 1.872,68 | R$ 2.412,07 | R$ 1.872,68 |
| Nível 07 | R$ 4.798,92 | R$ 2.097,88 | R$ 2.701,04 | R$ 2.097,88 |
| Nível 08 | R$ 5.374,79 | R$ 2.349,62 | R$ 3.025,17 | R$ 2.349,62 |
| Nível 09 | R$ 6.019,76 | R$ 2.631,57 | R$ 3.388,19 | R$ 2.631,57 |

Ora, se seguíssemos o que o Estado do Rio de Janeiro defende (aplicação do piso apenas para o nível inicial), teríamos que o/a servidor(a) iniciaria a carreira recebendo R$ 2.431,30, sendo que após 5 anos subiria de nível com seu provento alterado de R$ 2.431,30 para R$ 1.190,38, ou seja, haveria uma redução de R$ 1.240,92. E isso apenas para aqueles que iniciam pelo nível/referência 1, pois nos cargos que se iniciam em 2, 3 ou 4 o servidor sequer iria receber conforme o piso em qualquer momento.

Resta claro, portanto, que o Estado não possui qualquer razão em suas alegações e que o motivo pelo qual não apresentou qualquer cálculo até o momento ocorre pelo fato de que com cálculos é cristalina a “aberração” jurídica que o Estado quer criar.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**- Da não violação da súmula vinculante nº 42–**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Inicialmente é necessário colacionar abaixo a súmula vinculante nº 42:

É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.

Conforme já analisado no tópico anterior, a matéria objeto destes autos não diz respeito à vinculação de reajuste de vencimento de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária. A presente demanda objetiva apenas o evidente direito da Recorrida à adequação de vencimentos postulados, que lhe é assegurada por lei.

Como exposto anteriormente, não se trata de concessão, pelo Poder Judiciário, de reajuste salarial, mas de **observância da legislação aplicável.**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**- Da Litigância de Má Fé –**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

O Estado do Rio de Janeiro possui como tese de defesa a impossibilidade de ser aplicado o piso ao nível inicial e depois este ser adaptado à legislação estadual que prevê um escalonamento de 12% entre os níveis/referências.

A Tese, contudo, avança à litigância de má fé quando o Estado passa a afirmar que a Lei 5.539/2009 não estaria mais em vigor, estaria revogada, fato que é uma inverdade. Cumpre colacionar abaixo parte da peça Recursal do Estado do Rio de Janeiro:

A screenshot of a document

Description automatically generated

O art. 2º, § 1º da LINDB é muito claro quando afirma que “a *lei posterior revoga a anterior* ***quando expressamente o declare****, quando seja com ela* ***incompatível*** *ou quando* ***regule inteiramente a matéria*** *de que tratava a lei anterior”* e como já verificamos, e veremos de forma mais minuciosa, isso não aconteceu.

Inicialmente, é imperioso ressaltar que todas as legislações que foram citadas permanecem em vigor. Inclusive, é possível acessar essa informação diretamente no site da ALERJ, sendo certo que apenas alguns artigos foram revogados em situações em que houve algumas modificações, conforme art. 35 e 36 da Lei 1.614/90, pois o art. 3º da Lei 5.539/09 expressamente o alterou.

Contudo, como é possível verificar, não há qualquer determinação expressa que tenha revogado o referido art. 3º da Lei 5.539/09, este **não se mostrou incompatível** com qualquer alteração trazida pela Lei Estadual 6.384/2014, **Lei que não regula inteiramente a matéria**.

Como já demonstrado anteriormente, a Lei Estadual 6.384/2014 visou majorar o vencimento base dos professores, sem, contudo, respeitar o piso nacional. O próprio preambulo da Lei traz a informação: “*majora o vencimento-base das categorias funcionais que menciona*”.

O Estado, em uma total falta de honestidade, alega que a referida majoração na verdade seria a Lei disciplinando “*integralmente os contornos da remuneração dos profissionais da educação*”. E seria uma mera coincidência que a majoração obedeceu a diferença de 12% entre os níveis/referências? Absolutamente não, a Lei Estadual que determina o intervalo de 12% permanece em vigor e o Estado apenas majorou os valores respeitando (ao menos) a Lei Estadual.

O Estado do Rio de Janeiro não pode permanecer trazendo inverdades aos Autos e deve responder por seus atos. O Código de Processo Civil determina em seu art. 79 que “*responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como autor, réu ou interveniente*” e assim deve ocorrer.

Conforme art. 80 do CPC considera-se litigante de má-fé aquele que:

I - deduzir pretensão ou defesa **contra texto expresso de lei** ou fato incontroverso;

II - **alterar a verdade dos fatos**;

III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal;

IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo;

V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;

VI - provocar incidente manifestamente infundado;

VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.

Ora, o Estado afirma que a Lei Estadual 5.539/09 estaria revogada, o que de fato **não está**. O Estado alega que não há previsão de aplicação do Piso Nacional a outros níveis/referências que não o inicial, o que é uma inverdade. Assim, resta clara a litigância de má fé do Estado do Rio de Janeiro, que deve responder conforme previsões do art. 81 do CPC.

1. **DA CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, a Recorrida requer, preliminarmente, que seja reconhecida a inaplicabilidade da concessão do efeito suspensivo no presente caso, bem como que seja **inadmitido** o Recurso Extraordinário, diante:

1. Da ausência da violação direta à constituição;
2. Da violação dos verbetes sumulares nº 279 e 280 do STF, pois incabível em sede de recurso extraordinário a análise de legislação infraconstitucional local e o reexame dos fatos e das provas dos autos.

Caso superadas as matérias preliminares suscitadas e admitido o recurso Extraordinário – o que se admite puramente em respeito ao princípio da eventualidade -, tal recurso deverá ser desprovido em seu mérito, consoantes as razões já expostas, mantendo o Acórdão Recorrido em sua plenitude.

Ainda, requer a majoração da condenação do Recorrente quanto aos honorários advocatícios conforme art. 85, §1º do NCPC, em razão do recurso interposto, aumentando ao patamar máximo.

Niterói, 15 de dezembro de 2023.

|  |  |
| --- | --- |
| **LIZ WERNER**  **OAB/RJ 184.888** | **THIAGO JOSÉ AGUIAR DA SILVA**  **OAB/RJ 213.181** |

1. <https://transparencia.stf.jus.br/single/?appid=79a37aa0-aa08-4b4a-9f1e-a1c076f7fd1f&sheet=1d0b3987-b1a7-4180-a0fa-4f2cca91c824&theme=stf_azul_padrao&opt=currselselect=clearall> [↑](#footnote-ref-1)